

## CRISE DO ENSINO JURÍDICO: INFLUÊNCIA DO SENSO COMUM NO ESTUDO E APLICAÇÃO DO DIREITO

### LEGAL TEACHING CRISIS: THE INFLUENCE OF COMMON SENSE IN STUDIES AND APPLICATION OF THE LAW

Alessandra Bianchessi<sup>1</sup>  
Pollyanna Maria da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Partindo da hipótese que o ensino jurídico está em crise, e, por conta disso, deflagra-se o senso comum teórico dos juristas, objetiva-se discutir a influência do senso comum no estudo e aplicação do Direito. Para isto, foram pesquisadas as categorias senso comum e senso comum teórico dos juristas, verificando a contribuição do ensino jurídico para a consolidação e superação do senso comum teórico dos juristas. Ainda, examinou-se os fatores que acarretaram a crise do ensino jurídico para, posteriormente, investigar estratégias de superação. Com isto, chegou-se à conclusão de que é necessário o raciocínio crítico pelos acadêmicos de direito. Para tanto, cabe aos professores, a ênfase do ensino crítico, viabilizando ao acadêmico a compreensão social, política e econômica dos eventos que culminaram na criação de determinada legislação, o que ultrapassa a mera leitura dos códigos. Ao discente, por outro lado, cabe a autocrítica, tendo consciência de sua formação acadêmica, não delegando ao professor as funções que cabem exclusivamente a si, como o aprofundamento da matéria para além da sala de aula. Contudo, esta busca por maior conhecimento deve ser pautada em material que seja referência na área, evitando resumos e apostilas. Acredita-se que tais resultados podem contribuir na elaboração de estratégias junto ao corpo docente e discente. Com isso, revela-se a importância social e científica da presente pesquisa. Para sua elaboração utilizou-se o método dedutivo e a técnica é da pesquisa bibliográfica. Entre o referencial teórico adotado destacam-se: Lênio Luiz Streck e Luis Alberto Warat.

**Palavras-chave:** Senso Comum; Senso Comum Teórico dos Juristas; Ensino jurídico.

**Abstract:** Starting from the hypothesis that legal teaching is in crisis, and, because of this, the common sense of the jurists is set out, it aims to discuss the influence of common sense in the study and application of Law. For this, we searched the categories common sense and common sense of the jurists, verifying the contribution of legal teaching to the consolidation and overcoming of the common sense of jurists. In addition, we examined the factors that led to the legal teaching crisis, and later investigated coping strategies. With this, it concluded that critical thinking is necessary for law scholars. In order to do so, it is incumbent upon teachers to emphasize critical teaching, enabling the academic to understand social, political and economic events that culminated in the creation of certain legislation, which goes beyond merely reading the codes. The student, on the other hand, is responsible for self-criticism, being aware of his academic background, not delegating to the teacher the functions that belong exclusively to him, such as the deepening of the subject beyond the classroom. However, this search for greater knowledge should be based on material that is reference in the area, avoiding abstracts and handouts. It is believe that such results can contribute to the elaboration of strategies among

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Bolsista de iniciação científica do Art. 170 da Constituição do estado de Santa Catarina. E-mail: alessandrabianchessi2@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Criminais (PUC/RS). Professora de Direito Penal. Orientadora da Pesquisa. E-mail: pms.br@hotmail.com

the faculty and students. With this, it reveals the social and scientific importance of the present research. For its elaboration it was used the method is deductive and the technique is of the bibliographical research. Among the theoretical reference adopted are: Lênio Luiz Streck and Luis Alberto Warat.

**Keywords:** Common sense; Common sense of jurists; Legal teaching.

## 1. Introdução

O direito está em crise. Aos olhos de Lenio Luiz Streck (2016, não paginado) “parece que está cada dia mais difícil dizer o óbvio. E clamar que acreditem no óbvio”. Com isso, no dia a dia de aplicação do direito, ocorrem:

Abusos. Descumprimento de garantias. Coisas mínimas. Coisas máximas. Ministro da Justiça, que, como secretário, inventou um novo modo de reintegração de posse. Na marra. Advogados que não podem se entrevistar com os clientes face a uma portaria do Ministério da Justiça. A portaria vale mais do que a Constituição. E não é contestada pelo Ministério Público. Ainda aplicamos a tese da inversão do ônus da prova penal. Enunciados que valem mais do que o CPC. Presunção da inocência que vira a não-presunção. Positivismo jurisprudencialista tomando conta do direito (*não há mais leis e CF; existe só o que o judiciário diz que as leis e a CF são; sai a lei e entra a jurisprudência...* E tem gente dizendo que o CPC fundou um sistema de precedentes... que lástima). Somando tudo, temos o que temos. (STRECK, 2016, não paginado).

Os críticos à forma como o Direito vêm sendo aplicado apontam o senso comum teórico dos juristas como principal causa do insucesso. “Ora, no trabalho jurídico, os diversos profissionais (juízes, advogados, professores, promotores, doutrinadores) são fortemente influenciados pelo *senso comum teórico*” (WARAT, 1979, p. 19).

Tal senso comum é deflagrado pela crise do ensino jurídico, o qual não prepara os acadêmicos à uma visão crítica do direito, mas a mera reprodução deste. Isto porque, o ensino da ciência do direito é baseado na dogmática jurídica, a qual, de acordo com Samyra Sanches (2006, p. 2), “trata-se de um saber que irá eleger a norma jurídica como o seu objeto de estudo científico, e não irá além dela. Consubstancia-se num tipo de conhecimento que tem por objeto o direito identificado nas normas jurídicas”.

Por conta disso, os acadêmicos são privados de uma visão crítica, estudando e reproduzindo a norma jurídica, sem questioná-la, o que, por si, torna os operadores do direito alienados da realidade social.

E assim, neste cenário que revela uma crise do ensino jurídico, emergem os problemas da presente pesquisa, quais sejam: a) Quais fatores deflagram a crise no ensino da ciência jurídica e que consequências ela pode acarretar? b) Quais estratégias podem ser utilizadas para

romper com o senso comum, dotando docentes e discentes de meios mínimos para poder pensar, compreender e intervir nos conflitos jurídico-sociais, de forma crítica, transversal e sensível?

Diante disto, o objetivo desta pesquisa é discutir a influência do senso comum no estudo e aplicação do Direito e, para tanto, foram pesquisadas as categorias senso comum e senso comum teórico dos juristas, verificando a contribuição do ensino jurídico para a consolidação e superação do senso comum teórico os juristas. Por fim, investigou-se os fatores que acarretam a crise do ensino jurídico para, posteriormente, investigar estratégias de superação.

A proposta de pesquisa alicerça-se na necessidade de superação do senso comum teórico por meio dos horizontes de conhecimento ainda na graduação. Neste diapasão, a pertinência social da pesquisa encontra respaldo no fato de que, a partir de seus resultados, poderão ser elaboradas estratégias junto ao corpo docente e discente da UNIFEBE, sempre estimulando a percepção crítica. Registra-se que, no âmbito jurídico e pedagógico nacional são poucas as pesquisas com a temática apresentada. Tal fato, justifica a relevância científica e de ordem teórica do assunto abordado.

As reflexões geradas a partir da pesquisa, certamente, poderão colaborar com o desenvolvimento no âmbito regional, tendo em vista seus possíveis impactos na formação dos futuros profissionais da área jurídica e afins que virão a atuar na Mesoregião do Vale do Itajaí.

A importância da aproximação dos discentes da realidade social, juntamente com sua atuação ativa na luta pela democracia, conforme almejado, é evidenciada por Horácio Wanderlei Rodrigues (1993, p.135):

São necessárias, nesse nível, propostas que rompam com o senso comum teórico dos juristas, que sejam alternativas, afastando-se dos positivismos reducionistas e dos jusnaturalismos idealistas, para colocar o Direito dentro da história e a serviço da sociedade e da vida. É preciso substituir o legalismo, o idealismo e a validade pela legitimidade, a história e a eficácia – engajá-lo na luta pela democracia.

Diante desse cenário, emerge a importância social e científica de investigar estratégias que podem ser utilizadas para romper com o senso comum, dotando discentes de meios mínimos para poder pensar, compreender e intervir nos conflitos jurídico-sociais, de forma crítica, transversal e sensível.

Para elaboração da presente pesquisa foi utilizado o método dedutivo, operacionalizado por meio da técnica da pesquisa bibliográfica. A partir disto, num primeiro momento é abordada a definição de senso comum teórico dos juristas, suas características e como o mesmo é deflagrado. Posteriormente é analisada a crise do ensino jurídico e a

contribuição desta para a disseminação do senso comum teórico dos juristas. Por fim, são examinados meios de romper o senso comum teórico dos juristas e aguçar sua visão crítica.

## 2. Senso comum teórico dos juristas

Aos olhos de Boaventura de Souza Santos (1995, p. 39), o senso comum, a partir de um conceito filosófico, surgiu no século XVIII, quando a burguesia se pôs contra o Antigo Regime, combatendo os preceitos e valores da nobreza. Passou-se a justificar a superioridade não mais pelo nascimento, mas pelo conhecimento. Diante disto, explica que:

Trata-se, pois, de um senso que se pretende natural, razoável, prudente, um senso que é burguês e que, por uma dupla implicação, se converte em **senso médio e em senso universal**. A valorização filosófica do senso comum esteve, pois, ligada ao projeto político de ascensão da burguesia, pelo que não surpreende que, uma vez ganho o poder, o conceito filosófico de senso comum tenha sido correspondentemente desvalorizado como **significando um conhecimento superficial e ilusório**. É contra ele que as ciências sociais nascem no século XIX (SANTOS, 1995, p. 36) (grifou-se).

Assim, com o surgimento das ciências sociais, o termo senso comum obteve seu significado atual: saber espontâneo, da coletividade, sendo caracterizado, por conseguinte, como falso, tradicional e conservador (VIANA, 2008, p. 11). Nas palavras de Horácio Rodrigues (1997, p. 55) o senso comum é “o padrão segundo o qual as pessoas pensam, agem e vivem. É formado pela moral, valores, preconceitos, ideologias e todas as crenças que detêm a hegemonia em um determinado grupo social”.

Para Lenio Luiz Streck (2013, não paginado) “O senso comum traz consigo uma falácia, a do mito do dado. Trata-se de uma falácia realista, de caráter objetivista, em que o sujeito está “assujeitado” à coisa. Não se pergunta sobre o mundo. O mundo está dado. As coisas são assim mesmo...”. Acrescenta, ainda que “é pelo senso comum que se sustenta que ‘isso é assim mesmo’. E, assim, vamos reproduzindo a vontade do poder... e dos poderosos, do andar de cima. O espaço para a crítica é diminuto. Por isso o status quo é tão difícil de ser alterado” (STRECK, 2013, não paginado).

Diante disso, tem-se que o senso comum é a compreensão superficial sobre algo, inexistindo o aprofundamento e pesquisa necessários para se ter um senso crítico a respeito. Logo, o senso comum é desprovido de saber científico, posto que sua formação não advém de qualquer pesquisa, mas sim de mera aceitação ao que lhe é posto/apresentado.

Luis Alberto Warat (1979, p. 19) define o *senso comum teórico dos juristas* como a “montagem de noções – representações – imagens – saberes, presentes nas diversas práticas

jurídicas, lembrando que tal conjunto funciona como um arsenal de ideologias práticas”. Esta construção waratiana, denominada de senso comum teórico dos juristas, “vem a ser a maneira pela qual a dogmática jurídica instrumentaliza o Direito a partir da renúncia ao direito de pensar” (STRECK, 2012, p. 190).

Desta forma, o senso comum teórico “representa um sistema de conhecimentos que organiza os dados da realidade pretendendo assegurar a reprodução dos valores e práticas predominantes” (WARAT, 1979, p. 20). Neste sentido, Luis Alberto Warat (1979, p. 21), ao precisar a distinção entre senso comum teórico (teoria ideológica) e saber científico, leciona que o primeiro:

[...] baseia-se em valores; seus critérios para a compreensão dos dados são morais. Os critérios do saber científico, afastando-se de um juízo ético sobre os dados, tenta compreendê-los no complexo das relações em que se inserem, nos diferentes momentos de sua realização, o que inclui as relações ideológicas. Vê-se, então, que o senso comum teórico não tem a pretensão de construir um objeto de conhecimento sobre a realidade social, senão normatizá-la e justificá-la por meio de um conhecimento padronizado.

Em outras palavras, o senso comum teórico é o conjunto de ideias postas institucionalmente aos operadores do direito, visando a mera reprodução e padronização de tais concepções, negligenciando a visão holística do direito. Neste interim, Lenio Luiz Streck (2012, p. 188) leciona sobre o senso comum teórico dos juristas, descrevendo-o como:

[...] conjunto de crenças, valores e justificativas por meio de disciplinas específicas, legitimadas mediante discursos produzidos pelos órgãos institucionais, tais como os parlamentos, os tribunais, as escolas de Direito, as associações profissionais e a administração pública. Tal conceito traduz um complexo de saberes acumulados, apresentados pelas práticas jurídicas institucionais, expressando, destarte, um conjunto de representações funcionais provenientes de conhecimentos morais, teológicos, metafísicos, estéticos, políticos, tecnológicos, científicos, epistemológicos, profissionais e familiares que os juristas aceitam em suas atividades por intermédio da dogmática jurídica.

Importa ressaltar que “através do discurso dogmático, a lei passa a ser vista como sendo uma-lei-em-si, abstraída das condições que a engendraram, como se a sua condição-de-lei fosse uma propriedade ‘natural’. No fundo, o discurso jurídico transforma-se em um ‘texto sem sujeito’, para usar a terminologia de Pierre Legendre” (STRECK, 2012, p. 188).

A partir disto, Gilmar Antonio Bedin (2013, p. 179) confeccionou uma relação da compreensão dominante pelo senso comum teórico dos juristas:

– **O legislador é um ser mítico e racional e que sua obra**, o ordenamento jurídico, é **auto-suficiente**, completo e não-contraditório, possibilitando inferir-se, por atos de derivação racional, soluções para todos os tipos de conflitos normativos. Além disso, acredita-se que do ordenamento jurídico é possível extrair uma certeza total sobre as condutas proibidas e permitidas. Por isso o homem comum não deve ter qualquer dúvida e nem temor em relação a ser, eventualmente, punido por uma conduta permitida, em tese, pelo ordenamento jurídico;

– **O intérprete do Direito, ao efetuar o seu trabalho, realiza um ato de conhecimento e não de vontade**, uma atividade mecânica pela qual o intérprete, mediante aplicação das regras do cálculo lógico, obtém certas conclusões logicamente deriváveis das premissas normativas. Assim, entende-se que o raciocínio do intérprete responde às regras do silogismo demonstrativo. É que os códigos, segundo o senso comum teórico dos juristas, não deixam nenhum arbítrio ao intérprete. Por isso, acredita-se que o intérprete não cria Direito.

– A Ciência Jurídica deve estudar, sem formular juízo valorativo, o Direito Positivo vigente. **A atitude científica dos juristas baseia-se, portanto, na aceitação, sem questionamento, do Direito posto**, mesmo aquele que não responde a um mínimo de justiça. Assim, a Ciência Jurídica não deve exercer qualquer função prescritiva, buscando purificar-se de todos os elementos metajurídicos e desvincular-se de toda a preocupação sociológica, axiológica, econômica, política ou antropológica. Assim imagina-se que a Ciência Jurídica produziria um conhecimento ideologicamente neutro e indiferente à esfera dos valores;

– O aplicador do Direito realiza um trabalho de subsunção lógica, o que o transforma num ser mítico que aplica as normas jurídicas de forma neutra e imparcial. **Desqualifica-se, assim, qualquer possibilidade de que nos atos decisórios do operador jurídico possam ser apresentados componentes irracionais ou compromissos ideológicos conscientes ou inconscientes** e, em consequência (sic), afirma-se dogmaticamente que não há criação judicial do Direito, apenas a aplicação lógica das normas abstratas. (grifou-se).

Neste diapasão, Fausto Santos Morais e José Paulo Shenelder (2013, p. 2098) elucidam que a causa do senso comum teórico dos juristas reside na vulgarização e condensação do conhecimento jurídico, o qual “limita-se a produzir sentidos desvinculados de qualquer contextualização factual, histórica ou social, alienando o jurista da realidade social.”. Juristas acrílicos, dependentes e repetidores de informações constantes em manuais simplificados acabam por massificar verdades científicas, reproduzindo aberrações jurídicas.

Para Marcelo Minghelli (2001, p. 103) o senso comum teórico é posto de forma indiscutível aos acadêmicos de direito, não lhes sendo apresentado outro processo de conhecimento senão a dogmática jurídica de viés positivista. Ele ressalta que “O acadêmico não passa de um mero reprodutor da dogmática, um reprodutor que sequer conhece os pressupostos teóricos do que reproduz. Portanto, esse processo é dado de forma limitada e não possibilita ao acadêmico uma verdadeira visão do fenômeno jurídico”.

Diante disto, tem-se que senso comum é a visão acrílica da sociedade sobre determinado fenômeno. Já o senso comum teórico dos juristas, identifica-se pela ausência de crítica aos conceitos postos pela dogmática jurídica. É a mera aceitação e reprodução do conhecimento posto. Desta forma, questiona-se se a crise do ensino jurídico tem colaborado para a consolidação do senso comum teórico dos juristas.

### 3. A crise do ensino jurídico e sua contribuição para consolidação do senso comum teórico dos juristas

A crise do ensino jurídico, na visão de Luis Albeto Warat (1977), se encontra na utilização de técnicas dogmáticas na transmissão do conhecimento. Para Warat (1977, p. 11) “O sistema de ensino dogmático funciona como um sistema abrangente de normas e técnicas pedagógicas, todas elas voltadas para o processo de realimentação de uma filosofia dogmática. São normas e técnicas dogmáticas”.

Para ele a dogmática jurídica está enraizada nos conceitos e definições preestabelecidos, impedindo os acadêmicos de enxergarem outros sentidos para aquele contexto social, pois sua formação acadêmica está vinculada e direcionada pelo que foi produzido e concebido pela comunidade jurídica a respeito do tema (WARAT, 1977, p. 11).

Admitindo-se que o Direito é um instrumento de Poder Político, não há como se negar o seu caráter ideológico. E sendo assim, seus princípios fundamentais identificam-se com uma **cultura jurídica necessariamente dogmática**. É uma cultura que pressupõe verdades perenes e imutáveis, capazes de exercer o controle social sem sacrifício de sua própria segurança e aparente neutralidade.

Um Direito que preserva interesses e valores tão específicos não pode se conformar com a mínima especulação sobre os seus próprios fundamentos. Daí por que os conceitos definitivos estão quase sempre respaldados em expressões estereotipadas.

O ensino jurídico que se satisfaça com a simples e ingênua transmissão da chamada cultura jurídica tradicional estará reforçando os ingredientes ideológicos do Direito, caracterizando, nessas circunstâncias, como um processo educacional dogmático. Consequentemente (sic), **os recursos utilizados na elaboração do instrumental teórico desse Direito são também recursos dogmáticos** (WARAT, 1977, p. 11) (grifou-se).

A limitação do ensino jurídico a uma abordagem exclusivamente dogmática tem sido a causa de sua crise, impedindo a visão crítica dos operadores do direito, uma vez que os conceitos se encontram postos e determinados, aceitos pela comunidade jurídica e indiscutíveis nas salas de aula. Luis Alberto Warat (1977, p. 15) critica tal imposição de conceitos e a submissão dos operadores do direito ao que lhes é posto:

O desenvolvimento do raciocínio jurídico, tal como vem sendo preconizado em reiterados artigos, perde quase toda sua eficácia em termos pedagógicos, na medida em que provoca apenas uma dinamização intelectual intra-sistêmica.

Um processo educacional antidogmáticos permitiria que se estudasse o fenômeno jurídico sob a ótica de um raciocínio crítico, sem submeter-se aos conceitos definitivos procurando identificar todos os possíveis sentidos que as normas e expressões jurídicas admitem.

Diz-se que a educação se constituiu num dos processos de socialização mais importantes. O caráter massificador da cultura jurídica transmitida tem impedido que

professores e alunos, e bem assim, magistrados e advogados, tenham um livre acesso às novas opções.

Desta forma, “Inserido em um *habitus dogmaticus*, o jurista não se dá conta das contradições do sistema jurídico. Estas não ‘aparecem’ aos olhos do jurista, uma vez que há um processo de justificação/fundamentação da ‘coerência’ do seu próprio discurso” (STRECK, 2007, p. 31). Por conta disso, tem havido “uma espécie de ‘coisificação’ das relações jurídicas” (STRECK, 2012, p. 190), deixando-se de se observar as pessoas que compõem aquela problemática.

Neste sentido, Lenio Luiz Streck (2012, p. 190) é enfático no quanto o senso comum teórico tem interferido na capacidade dos operadores do direito de vislumbrarem os detentores do direito perquirido, e o quanto isso tem se tornado uma ficção para os operadores do direito:

Graças a isso, no contexto da dogmática jurídica, os fenômenos sociais que chegam ao Judiciário passam a ser analisados como meras abstrações jurídicas, e as pessoas, protagonistas do processo, são transformadas em autor e réu, reclamante e reclamado, e, não raras vezes, “suplicante e suplicado”, objetivações essas que, convenhamos, deveriam envergonhar (sobremodo) a todos nós. Isto quer dizer que a luta de classes não entra nos fóruns e nos tribunais, graças às barreiras criadas pelo discurso (censor) produzido pela dogmática jurídica dominante.

Em outras palavras, o senso comum teórico, lapidado pela dogmática jurídica, tem transformado os operadores do direito em meros reprodutores, de tal forma que os mesmos têm sido incapazes de se sensibilizar com o problema trazido pelo cidadão a ser resolvido no Judiciário. A fim de demonstrar tal realidade, Lenio Luiz Streck (2012, p. 189) traz alguns exemplos:

[...] um funcionário público de alto escalão engaveta um processo (administrativo ou judicial) durante três ou quatro anos. Dentro dos cânones estabelecidos pela dogmática jurídica, para processá-lo pelo crime de prevaricação é muito difícil, pois exige-se o dolo, uma vez que o “legislador” não previu a hipótese de prevaricação culposa. Desse modo, se o acusado alegar, em sua defesa, que “o processo ficou parado tanto tempo” porque foi preguiçoso, desleixado ou até mesmo negligente, fatalmente será absolvido (se denunciado for e a denúncia for recebida). Tudo porque a preguiça, a negligência ou o desleixo são considerados causas que excluem o dolo (aliás, como se diria na dogmática tradicional, “nesse sentido a jurisprudência é mansa e pacífica”: RT 451/414; 486/356; 565/344; 543/342...). Registre-se que há a exigência de uma espécie de “dolo de engavetamento”. Somente uma parada na “estação do senso comum teórico” pode explicar a forma(ta)ção de um discurso desse jaez. Como contraponto, veja-se o caso de um indivíduo que furta uma galinha e a leva para sua casa. Neste caso, basta que com ela (com a res furtiva) fique alguns minutos, para que, em sendo preso, esteja caracterizado o crime de furto (cuja pena, aliás, é várias vezes superior à da prevaricação).



A partir de tal exemplo nota-se a falta de questionamento da comunidade jurídica quanto à legislação vigente, aceitando passivamente a imposição da mesma e aplicando-a como verdade absoluta, mesmo que isso acarrete em uma má aplicação do direito.

No mesmo sentido do exemplo anterior, o autor traz outros dois paradigmas:

No mesmo rumo, preso nas amarras do senso comum teórico, um juiz de Direito concedeu liminar de reintegração de posse em favor de fazendeiro que ocupava terras de propriedade do governo, para desalojar centenas de sem-terra (sic), sem examinar se eram ou não particulares. Resultado disso é que morreram dezenas de pessoas... Para o magistrado, não se tratava de um conflito social, mas apenas de um problema decidível no âmbito do formalismo jurídico.

Foi nesse mesmo sentido que uma recente decisão do TST não admitiu um recurso devido à falta do recolhimento de apenas um centavo, deixando a recorrente numa situação completamente absurda. Na verdade, a recorrente deveria efetuar o depósito da metade do valor máximo do Recurso de Revista, ou seja, R\$ 5.889,51 (metade de R\$ 11.779,02). No entanto, após a falta de um centavo, a recorrente teve de se “contentar” com a posição do tribunal de não examinar o mérito da causa (STRECK, 2012, p. 191).

Diante de tais exemplos nota-se a problemática do senso comum teórico, o quanto a dogmática jurídica tem interferido na forma de se pensar o direito, bem como a crise pela qual vem passando o ensino jurídico. Operadores do direito acríticos levam a um judiciário ineficaz e uma sociedade carentes de suporte jurídico adequado.

Nesse sentido, a crítica de Lenio Luiz Streck (2012, p. 185) é de que “no Direito, não se contam os limites precisos entre o saber comum e a ciência”. E, é justamente nessa circunstância que se baseia a crise de paradigma da dogmática jurídica. “Essa crise que atinge o Direito, (...) é uma crise que diz respeito diretamente a problemas vinculados com o ensino jurídico. Ou, pelo menos, tenho a firme convicção de que a solução para a crise somente poderá ser contornada através do ensino jurídico” (WARAT, 1977, p. 13).

Registra-se que “os estudos realizados sobre o ensino do direito têm demonstrado, à exaustão, a inominável defasagem em termos pedagógicos e a profunda distância entre o saber jurídico e a realidade social” (CARVALHO, 2008, p. 23). Encurtar tal distância deve ser um objetivo da universidade hoje, especificamente, do corpo docente.

Ao analisar a crise do ensino jurídico hegemônico, reproduzidor do sentido comum teórico, incapaz de formar juristas sensíveis às demandas pela realização dos direitos humanos no Brasil, Thiago Carvalho e Juliana Ribeiro (2007) concluíram que as faculdades de Direito, salvo exceções, acabam intoxicando o aluno e criando um pensamento unívoco.

Tal situação já decorre da implementação dos cursos de Direito no Brasil cuja finalidade social e institucional era a formação de uma elite administrativa. Entretanto,

atualmente os cursos jurídicos precisam estar qualificados “a formação de profissionais aptos a responder às demandas da cidadania e do desenvolvimento econômico e científico” (BASTOS, 1997, p. 55).

Nesse sentido, Antônio Carlos Wolkmer (2002, p. 17) assevera que “a ‘teoria crítica’ torna-se importante na medida em que se atribui relevância ao sentido sociopolítico do Direito, ou seja, a plena eficácia ao discurso que conteste o tipo de justiça apresentado por determinado ordenamento jurídico”. Logo, a partir de uma postura transdisciplinar, releva-se imperioso impedir a reprodução acrítica do poder e da violência que o direito essencialmente legitima.

Daí a atualidade e a operacionalidade do conceito waratiano de senso comum teórico. Com ele, e a partir dele, há que se (re)pensar o Direito com urgência, porque cada decisão judicial, cada interpretação de uma lei, tem uma necessária e inexorável inserção social. Não é uma simples abstração. E o jurista (juiz, promotor, advogado) deve entender que não está lidando com ficções. Caso contrário, correrá o risco de confundir as ficções da realidade com a realidade das ficções (STRECK, 2012, p. 191).

Desta forma, imperiosa a modificação do ensino jurídico, transcendendo o uso exclusivo da dogmática jurídica e, conseqüentemente, reestruturando a forma de se operar/aplicar o direito, tornando críticos os acadêmicos e operadores do direito. Para tanto, há que se buscar meios de romper com o senso comum teórico dos juristas e despertar a percepção crítica dos mesmos.

#### **4. Rompendo o senso comum: aguçando percepções críticas nos futuros operadores jurídicos**

Conforme observado no tópico anterior, o dogmatismo instalado no ensino jurídico tem alienado os operadores do direito, impedindo-os de serem críticos. Para transcender esse problema, o conhecimento jurídico precisa ser produzido a partir da problematização de questões latentes na sociedade. Revela-se necessário uma nova leitura acerca das coisas e do direito, aberta à reflexão. Neste sentido, “o estudo da jurisprudência e literatura surge como recurso para iluminar os problemas não vistos pela doutrina tradicional, esquematizada, exigindo uma diferente capacidade reflexiva dos juristas como atores sociais” (MORAIS; SANTOS, 2013, p. 2098).

Neste aspecto segue o entendimento de Lenio Luiz Streck (2014, não paginado), o qual faz duras críticas ao ensino jurídico atual. Para ele, grande parte da problemática encontra-se

na facilitação do ensino do Direito, vulgarizando-se temas de extrema importância aos acadêmicos e dando-se grande ênfase a temas dispensáveis.

Por que frequentar uma disciplina onde o professor pega um resumo ou livro de facilitação para “descobrir” que agressão atual é a que está acontecendo? Ou que escalada é subir em alguma coisa? Ou discutir o assalto de Caio? Ou a solução para o problema dos gêmeos xipófagos? Ou ficar decorando verbetes (enunciados) provenientes de julgados extraídos ad hoc? Não há como aprender direito sem que os alunos leiam... livros. Sim, livros e não resumos de livros ou livros orelhados. (STRECK, 2014, não paginado).

Na visão de Luis Alberto Warat (1977, p. 16) esta problemática apenas será superada quando adotar-se uma filosofia de ensino crítica, a qual, para ele:

[...] terá condições de sacudir professores e estudantes dessa situação de passividade que o dogmatismo lhes impõe. Essa filosofia fundamenta-se na necessidade de uma ação reflexiva em torno dos fenômenos sociais e das normas que lhes são aplicáveis, procurando identificar as influências ideológicas que condicionam o sentido dessas mesmas normas. Em essência, trata-se de fazer epistemologia em torno do processo de aprendizagem.

O ensino jurídico deve sair da sua passividade e passar a questionar as teorias postas, confrontando-as com a realidade social. Neste sentido segue o entendimento de Lenio Luiz Streck (2018, não paginado), o qual afirma que “[...] o bom ensino exige uma coisa chamada e-pis-te-mo-lo-gia, que a maioria dos professores e alunos nunca ouviu falar. Exige, pois, cultura. Exige olheiras. Perda de sono. No Direito perdemos a capacidade de adquirir olheiras”.

Acrescenta, ainda, que:

A crise do ensino [...] exige uma ampla reformulação das matrizes teóricas atrasadas com as quais se formam os profissionais. A crise se resolve... lendo. Estudando. Pesquisando..., mas não em sites *prêt-à-porters*. Sou a favor de um ensino participativo, aulas com exposição dialogada (faço isso muito antes de ter esse nome), leituras de textos resultantes de pesquisas rigorosas, fichamentos, seminários em que os alunos tentam reconstruir suas ideias e se apropriar criticamente delas. [...] Como diz o professor Doidge, o cérebro é como um músculo: há que exercitá-lo. Ou atrofia. (STRECK, 2018, não paginado).

Diante disto, “destaca-se a constatação cada vez mais importante de que o processo de aprendizagem jurídica reivindica maior autonomia e responsabilidade dos estudantes e uma nova postura dos professores” (BEDIN, 2013, p. 188). Apenas com sua independência educacional o acadêmico transcenderá a dogmática jurídica. “Na verdade é apenas pelo exercício da própria razão e da autonomia individual, do pensar por si mesmo, que o aluno

torna-se verdadeiramente um jurista no sentido mais pleno da palavra e, conseqüentemente (sic), um cidadão consciente” (BEDIN, 2013, p. 188).

Neste aspecto, com o ímpeto de ver superada a crise do ensino jurídico, Lenio Luiz Streck (2014, não paginado) elaborou alguns pontos a serem modificados e aperfeiçoados no ensino do Direito, que proporcionarão novos olhares pelos operadores do direito, retirando-os da padronização da dogmática jurídica.

O primeiro aspecto apontado pelo autor (STRECK, 2014, não paginado) é a necessária reformulação das grades curriculares “dando ênfase às disciplinas formativas e não às meramente informativas”. O que se verifica, atualmente, é a mera repetição daquilo descrito na legislação, sem uma discussão sobre os motivos que levaram à criação daquela lei ou sobre sua atualidade. Neste sentido, Samyra Sanches (2006, p. 6) assevera que:

[...] por meio de várias reformas curriculares, foram sendo cada vez mais acrescentadas disciplinas profissionalizantes que levam a mesma denominação dos códigos aos quais dizem respeito. Assim temos o Direito Civil, que irá estudar o Código Civil, o Direito Penal, que irá estudar o Código Penal, o Direito Comercial, que irá estudar o Código Comercial, o Direito Processual Civil, que irá estudar o Código de Processo Civil, etc. Tudo isto sem qualquer questionamento acerca da política de produção das normas, os efeitos da sua aplicação e principalmente sobre a sua adequação em um dado contexto socioeconômico.

A respeito da metodologia de ensino, Streck (2014, não paginado) acrescenta, ainda, que quando se refere à formação, quer dizer que, “inclusive nas cadeiras de processo, deve o aluno compreender os acessos filosóficos ao processo de formação da prova; e estudar os paradigmas filosóficos que estão por trás dos procedimentos”. Em outras palavras, não deve o acadêmico se ater apenas a seguir os procedimentos postos, mas compreendê-los e identificar a real aplicabilidade àquele caso, pois existem formalidades que não passam disto, sendo dispensáveis em determinados casos.

Seguindo com os pontos a serem aperfeiçoados no ensino jurídico, Lenio Luiz Streck (2014, não paginado) esclarece que as disciplinas formativas, como filosofia do direito, por exemplo, precisam ser lecionadas “por professores com formação na área e não como biqueiros (quebradores de galho), que chegam na aula dizendo: ‘regras é no tudo ou nada, princípios é na ponderação’, achando que sabe alguma coisa; pior é utilizar, em sala de aula, manuais que resumem Aristóteles em meia página”. Todavia, a realidade é que o mero bacharel em direito pode ministrar aulas de disciplinas essenciais à formação do acadêmico, não se exigindo que o mesmo tenha formação específica e qualificada na área.

Nas denúncias feitas por Streck (2014, não paginado), ele compreende que as faculdades devem realizar uma seleção do material bibliográfico que os professores estão indicando para leitura aos acadêmicos, exigindo-se pela coordenação ou órgão deliberativo que os docentes debatam a literatura utilizada em aula. Isto porque:

É comum, nos dias atuais, mencionar a falta de “espírito crítico” (sic) por parte dos alunos. Mas, cabe perguntar: como cobrar algum tipo de postura investigativa por parte do discente se, na maioria dos casos, os professores colocam-se passivamente diante dos conteúdos que existem na literatura standard sobre o direito? **Deve haver, no mínimo, uma recomendação por parte dos órgãos deliberativos no sentido de serem evitados compêndios pequeno-gnosiológicos, resumos, resumos, plastificações, livros lato sensu “tipo” direito tal facilitado.** (grifou-se).

Como bem aponta Samyra Sanches (2006, p. 7) “a metodologia de ensinar o Direito com base em Compêndios ou Manuais é uma tradição herdada da Universidade de Coimbra, e consiste na repetição e leitura dos Manuais, gerando um total desestímulo (sic) à frequência (sic) às aulas”. E acrescenta que, por conta desse desestímulo, “na ocasião da avaliação o aluno decora as verdades contidas nos manuais e as repete na prova” (SANCHES, 2006, p. 7).

Para Lenio Luiz Streck (2014, não paginado) outro ponto relevante a ser modificado no ensino jurídico é o destaque que deve ser dado ao direito constitucional na formação acadêmica, “incluída no curriculum a correlação do direito constitucional com a jurisdição constitucional e com a teoria do Estado”. A partir disto viabiliza-se ao acadêmico uma visão holística do direito, tendo maior compreensão sobre a norma constitucional, deixando de vislumbrar as normas infraconstitucionais isoladamente, mas sim a partir e em compatibilidade com a Constituição.

Partindo para uma crítica ao acadêmico de direito e sua postura como tal, Lenio Luiz Streck (2014, não paginado) aponta que o estudante deve “operar um processo de autoanálise para colocar em questão o tipo de atitude por ele assumida com relação à própria formação”. A respeito disso, elenca quatro questões fundamentais.

A primeira delas é que o estudante deve “abandonar a postura do acadêmico-consumidor”. Ele ressalta que o discente não deve cuidar de seus interesses educacionais da mesma forma que lida com as compras em um supermercado ou shopping. “Ora, a educação não é um bem de consumo. O que está em jogo aqui não é um produto estragado ou com mal funcionamento. É da própria formação que estamos falando”.

A segunda questão é “livrar-se das ‘muletas’ utilizadas para apoiar algum tipo de deficiência na própria formação em algum elemento institucional”. Streck (2014, não paginado) aponta que são importantes as demandas dos acadêmicos para a realização de melhorias na

infraestrutura do curso. Todavia, tal deficiência não pode ser a desculpa para ter uma má formação. A fim de ilustrar, ele traz alguns exemplos:

[...] se na sua faculdade não existe pesquisa institucionalizada, procure um professor doutor que possa lhe orientar e busque financiamento de sua pesquisa em algum órgão de fomento à pesquisa; se sua faculdade não produz eventos científicos interessantes, tente viabilizá-los juntos aos órgãos de representação acadêmica (DA's; CA's, etc..). Não incentive showmícios pequeno-epistêmicos feitos por professores mais preocupados em vender seu “peixe” de cursinho. E incentive os alunos a, antes de frequentarem congressos, pesquisarem acerca do curriculum dos palestrantes.

Além disso, outro ponto fundamental a ser auto avaliado pelos acadêmicos “aprenda a usar a biblioteca”. Ele esclarece que “é importante ir a uma biblioteca e não simplesmente requerer ao bibliotecário ou a quem responda por ele o exemplar que você procura. É importante vagar pelas prateleiras à esmo e deixar que um livro caia nas suas mãos e desperte o seu interesse pelo mero acaso”.

Por fim, o último apontamento feito por Lenio Luiz Streck (2014, não paginado) é que o estudante deve ler livros de literatura, especialmente os romances.

Neles você terá, além de um contato com a língua na sua forma mais emblemática, a possibilidade de se deparar com personagens fictícios que enfrentam dramas da vida próximos daqueles que os cientistas sociais enfrentam; próximo daqueles que os juristas enfrentam. Frustrações, paixões, um desfile de **dilemas morais tudo que nos leva a sentirmos mais humanos, menos bestializados** [...]. Não é à (sic) toa que as grandes utopias humanistas queriam formar uma espécie de comunidade universal de leitores. **Na literatura temos a representação maior do modo com as relações humanas se desdobram e produzem sentido no mundo prático.** Basta relembrar a operacionalidade geométrica do Direito para percebermos que a realidade não sensibiliza os juristas; as ficções, sim. Com isso, seguimos confundindo as ficções da realidade com a realidade das ficções. Ficamos endurecidos. (grifou-se).

Neste interim, há que se observar que o ensino jurídico não se esgota no estudo e análise crítica dos conceitos postos, a verificação de sua aplicabilidade é de igual importância, operando-se o Direito sem jamais se esquecer da pessoa detentora do mesmo. Para tanto é essencial uma reformulação do imaginário jurídico, e para isso “são necessárias imagens que questionam, que indignam e que podem criar subjetividades rebeldes e inconformistas, até porque imagens não se criam com ideias. Imagens criam-se com imagens!” (STRECK, 2012, p. 192).

O operador do direito não pode permanecer apenas com as teorias passadas no curso de Direito, a ele deve ser propiciado o contato com a realidade social, com os problemas enfrentados e suas consequências. Os estudantes, advogados, magistrados, etc. não podem estar desconectados da realidade, pois de forma diversa vinculam-se ao que diz a legislação, a

doutrina e a jurisprudência, sem conseguir enxergar o enquadramento daquilo ao caso específico.

## **Conclusão**

Observou-se a existência de um senso comum no âmbito jurídico, denominado por Luis Alberto Warat como *senso comum teórico dos juristas*. Verificou-se que a compreensão de senso comum agregado a crise do ensino jurídico têm sido os grandes disseminadores do senso comum teórico dos juristas, uma vez que a metodologia se encontra amparada exclusivamente na dogmática, limitando o conhecimento dos operadores do direito e tornando-os acríticos.

Todavia, o ensino jurídico também possui função fundamental para a superação de tal problemática. Isto porque, identificou-se que a partir de um ensino crítico da ciência do direito há maiores chances de se ultrapassar o senso comum teórico dos juristas. Para tanto, o raciocínio analítico deve ser almejado tanto pelo docente quanto pelo discente. Ao professor cabe instigar o questionamento e ao acadêmico a busca por conhecimento para além da sala de aula.

Dos apontamentos feitos extrai-se que as principais mudanças que culminarão na transcendência do senso comum teórico é a ênfase, pelos professores, do ensino indagador, viabilizando ao acadêmico a compreensão social, política e econômica dos eventos que culminaram na criação de determinada legislação. Isto ultrapassa a mera leitura de códigos, pois isto pode ser realizado individualmente pelo acadêmico.

Outro tópico importante é a autocrítica a ser realizada pelo acadêmico. Este deve ter consciência de sua formação acadêmica, não delegando ao professor as funções que cabem exclusivamente a si. É o caso, por exemplo, da iniciação científica, do estudo aprofundado sobre a matéria, do questionamento em sala, etc. Cabe ao estudante não se satisfazer com o que lhe é apresentado, mas sempre investir em perscrutar seu conhecimento sobre o direito.

Contudo, referida busca por conhecimento deve ser pautada em bons estudos, procurando por leituras que são referência na área. Há que se evitar livros facilitados e apostilas. Da mesma forma deve ser encarada a jurisprudência, procurando questionar se aquela foi a melhor forma de se aplicar o direito ao caso. Não se pode olvidar, ainda, a essencial conexão entre direito posto e realidade social, para que aquele tenha eficácia.

A partir disto verifica-se que foram respondidos os questionamentos inicialmente apresentados, restando demonstrado que o uso exclusivo da dogmática jurídica como método de ensino fomentou a crise do ensino jurídico, acarretando na consolidação do senso comum

teórico dos juristas. Além disso, foram apresentados aspectos a serem lapidados na transmissão do conhecimento da ciência do direito pelos professores, bem como na postura a ser adotada pelos acadêmicos, os quais alcançaram uma formação e pensamento mais críticos se adotarem as orientações apresentadas.

## 5. Referências

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil e as suas personalidades históricas – uma recuperação de seu passado para reconhecer seu futuro. In: **Ensino Jurídico OAB: 170 anos de cursos jurídicos no Brasil**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 1997.

BEDIN, G. Ensino Jurídico: do senso comum teórico dos juristas ao reconhecimento da complexidade do mundo. **Revista Direito em Debate**, v. 12, n. 18 - 19, 28 mar. 2013. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/757>. Acesso em: 17 ago. 2018.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil** (estudo criminológico). 4 ed. ampliada, atualizada e com comentários à lei 11.342/06. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora. 2008.

CARVALHO, Thiago Fabres de Carvalho; GOULART, Juliana Ribeiro. Direitos humanos, ensino jurídico e sensibilidade democrática. **Revista de Direito do Cesusc**. n. 2, jan/jun 2007. Disponível em:

<http://virtual.cesusc.edu.br/portal/externo/revistas/index.php/direito/article/viewFile/92/82>. Acesso em: 03 mai. 2017.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. Niterói: Luam. 1993.

MINGHELLI, Marcelo. Crítica waratiana à teoria do direito: os mitos do ensino jurídico tradicional. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, v. 36, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1785/1482>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MORAIS, Fausto Santos; SANTOS, José Paulo Scheider. O Direito na Tábua de Salvação: uma crítica ao senso comum teórico. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Itajaí, v. 8, n. 3, 2013. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br//seer/index.php/rdp>. Acesso em: 27 jan. 2018.



RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino jurídico e direito alternativo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993.

RODRIGUES, Horácio Wanderley. **A crise do ensino jurídico de graduação no Brasil contemporâneo: indo além do senso comum**. 1997. 417 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76811>. Acesso em: 02 mai. 2017.

SANCHES, Samyra. H D. F. Naspoline. **O ensino jurídico como reprodutor do paradigma dogmático da ciência do direito**. In: XV Congresso Nacional CONPEDI, 2006, Manaus. CONPEDI XV Congresso Nacional, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução à uma ciência pós-moderna**. 4 ed. Porto: Afrontamento, 1995.

STRECK, Lenio Luiz. “Não sei... mas as coisas sempre foram assim por aqui”. **Consultor Jurídico (CONJUR)**. 13 set. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-set-19/senso-incomum-nao-sei-coisas-sempre-foram-assim-aqui>. Acesso em: 01 ago. 2018.

STRECK, Lenio Luiz. Advocacia virou exercício de humilhação e corrida de obstáculos. **Consultor Jurídico (CONJUR)**. 28 jul. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jul-28/senso-incomum-advocacia-virou-exercicio-humilhacao-corrida-obstaculos>. Acesso em: 10 jan. 2019.

STRECK, Lenio Luiz. Direito high tech não encurta orelha de alunos e professores! **Consultor Jurídico (CONJUR)**. 23 ago. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-23/senso-incomum-direito-high-tech-nao-encurta-orelha-alunos-professores>. Acesso em: 24 ago. 2018.

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica e ensino jurídico em *terrae brasilis*. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. v. 46. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/13495/9508>. Acesso em: 07 jun. 2018.

STRECK, Lenio Luiz. O protótipo do estudante de direito ideal e o “fator olheiras”. **Consultor Jurídico (CONJUR)**. 23 out. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-out-23/senso-incomum-prototipo-estudante-direito-ideal-fator-olheiras>. Acesso em: 25 out. 2018.

STRECK, Lenio Luiz. O senso (in)comum das “obviedades” desveladas: um tributo a Luis Alberto Warat. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**. Julho-dezembro 2012.

VIANA, Nildo. **Senso comum, representações sociais e representações cotidianas**. Bauru: Edusc, 2008.

WARAT, Luis Alberto. CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. **Ensino e saber jurídico**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijura, 1977.

WARAT, Luis Alberto. **Mitos e teorias na interpretação da lei**. Porto Alegre: Síntese, 1979.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ZANARDO, André. **Caçadores de “likes”, escravos do senso comum!** O tabu de pensar de verdade. 2014. Justificando - mentes inquietas pensam o direito. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2014/08/27/quanto-mais-senso-comum-mais-likes-o-tabu-de-pensar-deverdade/>. Acesso em: 27 ago. 2014.